

Contribuições documentais: análise da constituição das famílias em Santa Rita do Turvo no início do século XIX

Janaína Marcon Machado
Mestranda em História – UFMG

Introdução

Neste artigo proponho apresentar algumas possibilidades de estudo baseadas num conjunto de fontes documentais. Santa Rita do Turvo, localizado na Zona da Mata Mineira, no início do século XIX já contava com famílias que são estudadas aqui, a partir dos registros paroquiais e cartoriais iniciados a partir de 1813. A pesquisa tem evidenciado a presença de famílias naquela região desde meados da segunda metade do século XVIII. Apesar de não ser o objetivo desse estudo retornar ao século XVIII é importante caracterizar a região e sua formação décadas antes de 1800, sendo que após essa data já existia um conjunto de famílias estabelecidas e também uma paróquia. O recorte cronológico deste estudo abarca os anos de 1813 a 1839.

O cruzamento de tais documentos e ainda a lista nominativa de 1831 tem permitido o estudo de famílias que ali se estabeleceram criando laços sociais e econômicos na região. As fontes de natureza demográfica como registros e escrituras assentadas em cartórios e registros paroquiais são importantes indicadores do cotidiano e das formas de viver da população em foco.

Famílias em Santa Rita do Turvo: um estudo de caso

Segundo Leila M. Algranti¹ a distância da metrópole, a presença da escravidão negra, a constante expansão do território, assim como uma série de peculiaridades presentes na colônia

¹ ALGRANTI, Leila Mezan. "Famílias e Vida doméstica". *História da Vida privada: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 84-85.

podiam significar transformações na organização e constituição da família, nos padrões de moradia, alimentação e hábitos domésticos. Apesar da análise da autora concentrar-se em aspectos da vida na América portuguesa, o próprio caráter de uma sociedade estratificada, “na qual a condição legal e racial dividia os indivíduos entre brancos e negros, livres e escravos, dificulta a tentativa de buscarmos padrões semelhantes de organização familiar” mesmo quando tratamos do período imperial, principalmente nas primeiras décadas do XIX.

O estudo do povoado de Santa Rita do Turvo até sua elevação a freguesia se dará sob a ótica da família, ou seja, o objetivo de se reconstituir o perfil daquela sociedade, perpassará a análise sócio-econômica da população considerando o contexto regional e as diferenças existentes no padrão econômico da população.

Muitos autores tratam tanto da questão da participação familiar no desenvolvimento do mundo agrário como dos mecanismos de distribuição da herança entre os familiares o que podia significar mais do que a manutenção da propriedade como unidade produtora, mas, funcionando também como forma de permanência dos laços familiares e das relações estabelecidas. O período analisado por tais autores abarca geralmente o século XIX e na maioria dos casos tratam da família e das relações entre escravos.²

Em *A colônia em movimento*³ Sheila de Castro Faria estudou os mecanismos de apossamento e ocupação das terras de cultivo de cana-de-açúcar e outros gêneros de subsistência no período entre o século XVIII e primeiras décadas do XIX em Campo dos Goitacases, Rio de Janeiro. Raramente os senhores dessas terras foram homens de boa fortuna e poucos deixaram prole de longa sobrevivência e permanência nas terras. Seu estudo sobre a fortuna e família no cotidiano colonial pretendeu mapear o movimento dos diversos grupos sociais. Para a autora, a família exerceu fundamental importância na montagem e no funcionamento das atividades econômicas coloniais, em particular as ligadas ao mundo agrário. O sentido de família não necessariamente consanguínea conferiu aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Além disso, esses homens

² Ver: ANDRADE, Rômulo. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, UFJF, v. 1, n. 2, jul.-dez. 1997; LOTT, Miriam Moura. “Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica séculos XVIII e XIX”. *Anais da V jornada setecentista*. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003; MOTTA, José Flávio & VALENTIN, Agnaldo. “A Família Escrava e a Partilha de Bens: um estudo de caso”. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, Minas Gerais, 4 a 8 de novembro de 2002. BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ilícitas em São João Del Rei (1730-1850). *IX Seminário sobre Economia Mineira*. P. 37-64. LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d 'El Rey em 1795”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000. p.17-46.

³ CASTRO, Sheila Faria. *A colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

participaram da construção de uma sociedade agrária mais complexa do que a história tradicional defende⁴.

Apesar do estudo de Faria concentrar-se ainda para o período colonial acreditamos que as proposições quanto à família e seu estudo intimamente relacionado à atividade agrária fazem sentido para o início do século XIX, ainda que na região proposta. Baseamo-nos também em estudo realizado por Hebe Mattos⁵, que considera que a constituição da família podia significar a fixação de raízes em certa região e o acesso à roça de subsistência.

Com o intuito de investigar o perfil dos proprietários de escravos e dos lavradores de Santa Rita do Turvo, propomos o estudo dos fatores que contribuíram para desenvolvimento da família agrícola, a partir das estratégias de transferência da herança. Considerando que as atividades agrícolas parecem ter sustentado a economia local de Santa Rita do Turvo por muito tempo, cabe-nos indagar sobre os homens que aqui viveram e suas fortunas. Acreditamos que tal perfil poderá ser apresentado observando-se a manutenção ou não das heranças deixadas às gerações.

Relações familiares: notas de pesquisa

Sheila de Castro Faria também chamou atenção para a utilização dos inventários e testamentos junto a outros documentos cartoriais como registros paroquiais de batismo, casamento e óbito para o estudo das famílias. As pesquisas baseadas nas unidades domésticas e sua composição são bastante explicativas por darem uma noção de conjunto e incluir o cálculo da riqueza, principalmente se estiverem acompanhadas de outras fontes e levarem em conta costumes de sociabilidades ou solidariedades que com certeza existem nos registros paroquiais.⁶

Outra fonte documental de fundamental importância e produzida entre finais do século XVIII e início do século XIX foram as listas nominativas de habitantes.⁷ Estas listas trazem todos os habitantes de uma dada circunscrição administrativa divididos segundo os domicílios (fogos) e com as informações individualizadas do nome idade, raça, condição social e outras. Permitindo a máxima desagregação possível de informações (pois, tratam dos indivíduos)

⁴ Ibidem p.18-19.

⁵ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.58.

⁶ FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit p.40.

⁷ Douglas Cole Libby realizou um trabalho pioneiro com as listas nominativas, num momento em que os mapas de população acabavam de ser descobertos no Arquivo Público Mineiro. O autor descreveu os cuidados a serem tomados ao trabalhar tais fontes além das potencialidades das mesmas. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

abrem campo para o cruzamento de dados que não estavam nas preocupações diretas dos administradores que os elaboraram.⁸ Assim, uma grande possibilidade para obter o máximo de informações acerca do domicílio é realizar o cruzamento desses dados com fontes cartoriais e paroquiais abrindo caminhos para o estudo da organização familiar, dos grupos de co-residência e sobre a propriedade de escravos.

O mapa populacional estudado nesta pesquisa está hoje sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM). Esses dados censitários são para Maria do Carmo Salazar Martins⁹, resultado do zelo da província mineira no cumprimento das repetidas ordens oriundas do executivo e do legislativo para conhecer sua população, sua produção econômica, suas escolas, os limites geográficos entre municípios e distritos.

Clotilde Paiva¹⁰ considerou as listas nominativas de habitantes como o principal acervo documental para realização de seu trabalho. Esses documentos eram elaborados por distritos de paz que compunham a província entre 1831/1832. Tais tentativas de censo provinciais eram realizadas anualmente, mas, alguns poucos conjuntos restaram até hoje.

A lista nominativa realizada em 1831 para Santa Rita do Turvo confirma a preocupação do governo para a realização da contagem da população daquela paróquia. O sargento responsável por sua elaboração enviou junto com os dados colhidos uma carta introdutória confirmando a realização da petição feita pelo governo da província:

“(...) Em observância do que por officio de 25 de agosto (...) me foi ordenado pelo Exmo Snr Presidente desta Província offereço a V. S. a prelação dos povos deste Distrito de Sta Ritta de Pomba a fim de ser prezente a V. Exa reforma ordenada (...)”¹¹

Para Miriam Lott a reconstituição das formações familiares de um determinado período é plenamente possível, principalmente se além desses documentos se fizer uso das fontes nominativas. Acrescenta ainda:

“(...) as possibilidades de cruzamento de dados da mesma planilha ou entre as demais (batismos e óbitos) são informações inéditas para se conhecer mais sobre nossa

⁸ BOTELHO, Tarcísio. População e nação no Brasil do século XIX. São Paulo: Tese de doutorado. USP, 1998. p.26.

⁹ MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro & SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. “População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX”. X Seminário sobre Economia Mineira, 2003.

¹⁰ PAIVA, Clotilde Andrade. População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX. São Paulo: Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1996.54.

¹¹ Arquivo Público Mineiro: Coleção Mapas de população. Caixa 02, Documento 03, mimeo.

história, pois, a partir da análise dos lançamentos, da leitura bibliográfica referente à época e das discussões das equipes de pesquisa, já tem surgido surpresas (...)

Neste trabalho além da coleta de dados das fontes apresentadas está sendo organizado um banco de dados com o máximo de informações possíveis contidas nas fontes. A começar pela descrição de cada fogo e seus membros que permitirá contabilizar o número de escravos presentes nos fogos, os chefes de família e sua ocupação, além da condição dos demais membros, suas idades, estado civil e respectivas ocupações.

Através dos registros paroquiais estão sendo retiradas informações como a filiação, cor e condição (legítimo/ilegítimo/exposto) do batizando, assim como informações sobre seus padrinhos e em alguns casos sobre sua origem.

Dos inventários post-mortem além de ser possível identificar as ocupações dos envolvidos, um banco de dados contendo informações sobre o inventariado revelará características de sua família, dos seus bens (incluindo terras e escravos) e as estratégias de distribuição da herança.

A princípio está sendo feito um banco de dados para cada tipo documental e num segundo momento se efetuará o cruzamento dessas fontes, a fim de identificar a permanência ou não da família no local, a composição da família, o desmembramento ou não da herança, a posição social da família naquela sociedade, o número total de escravos presentes na região funcionando como um indicador de riqueza e das principais atividades das famílias.

Sérgio O. Nadalin¹² reforça o uso de registros paroquiais como excelente fonte que possibilita destacar as potencialidades de articulação entre “histórias de vida” e estudos quantitativos. Mas, chama atenção para que sejam trabalhadas com o auxílio de outras fontes documentais de forma convergente.

Os dois registros de batismo citados abaixo são exemplos de batismos “reafirmados” na Igreja, depois de se constatar que haviam sido realizados por outra pessoa que não um pároco, e , portanto, fora da Igreja. O ato batismal nos sugere o que já foi também observado em outros trabalhos: a importância dada pela Igreja Católica e pela sociedade à sua realização:

Em vinte e cinco de setembro de 1822 batizei sub conditio e pus os Santos Óleos a Manoel, inocente, batizado por Antônio Roiz Neves que prudentemente duvida do seu

¹² NADALIN, Sérgio Odilon. “Sugestões metodológicas: o compadrio a partir dos registros paroquiais”. *Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 1, 1994. p.297-314.

batismo, serviu de padrinho o mesmo Antônio Roiz das Neves e Theodora Bonifácia de Oliveira e para constar fiz este assento que assino. O Capelão Castro.

*Aos dezessete de outubro de 1822 batizei e pus os Santos Óleos a José, inocente, filho legítimo de Antônio José Fagundes e Maria Rosa dos Santos, batizado em perigo de vida por Maurício José Moreira que afirma tê-lo feito segundo o rito da Igreja, e para constar fiz este assento que assino. O Capelão Castro.*¹³

No primeiro caso, o nascido Manoel foi batizado por ser seu padrinho, provavelmente em casa. O registro não se refere “a perigo de vida” ou a batismo realizado às pressas “em artigo de morte”. Talvez não fosse realmente esse o caso de Manoel, e por isso Antônio, seu padrinho, tenha duvidado do batismo que fez.

No segundo registro, como no primeiro, o inocente foi batizado por terceiros, mas José corria risco de vida. Mesmo não havendo dúvida do batismo realizado fora da paróquia, pois, Maurício afirmou tê-lo feito segundo “rito da Igreja”, o inocente José foi novamente batizado pelo pároco recebendo “os Santos Óleos”. O que chama atenção é que apenas em alguns casos, a Igreja na figura do pároco dispensava o rito, mesmo quando não havia “dúvida” por parte daquele que batizou. Um exemplo é o batismo de Manoella¹⁴, em 1819. O padre Manoel Gonçalves Fontes apenas pôs os “santos óleos a Manoella”, reconhecendo desta forma o batismo feito pelo seu provável padrinho que o cumpriu “em artigo de morte”.

Por outro lado, diante da grande preocupação em se evitar que as crianças morressem pagãs, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* “determinavam aos párocos que ensinassem a seus fregueses a administrá-lo, em caso de necessidade”.¹⁵ Mas, o “ensinamento deveria ser dirigido, de modo especial, às parteiras”.

Outra observação feita sobre os registros, trata-se da ausência de padrinhos principalmente nas celebrações em que a criança recebia o batismo às pressas por ter poucas expectativas de vida. Silvia Maria Jardim Brügger também fez esta observação quando analisou os registros de batismo de São João Del Rei. A autora constatou a importância dada ao sacramento, sendo preferível ser realizado sem os padrinhos considerados “pais espirituais” do batizando, do que se correr o risco de deixá-la “morrer pagã”.¹⁶

¹³ Registros de Batismo de 1822, Livro I de Batismos, folhas 34 (verso) e 35 (frente).

¹⁴ Registro de Batismo de 1819, Livro I de Batismos, folha 39 (verso).

¹⁵ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal – família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). *Tese de doutorado*.UFF: Niterói, 2002. p.330

¹⁶ Ibidem p.330.

Além dessas informações nos registros, outros dados vieram à tona apenas através da observação da organização do Livro de Registros. Iraci Del Nero da Costa afirmou que os registros de batismo além de permitirem estabelecer a evolução demográfica, possibilitam que venham à luz elementos ainda poucos conhecidos de nossa história social, econômica e administrativa, além de aspectos da vivência cotidiana e costumes da sociedade brasileira.¹⁷

Assim, as informações extraídas dependeram da forma como cada pároco de Santa Rita do Turvo realizava os registros. Durante um período de dez anos, de 1813 a 1823, os registros foram feitos pelo padre Manoel Gonçalves Fontes sem interrupções, o que resultou em uma maior organização do livro no que se refere a frequência dos registros, além de sua continuidade. A partir de 1823, dá-se a impressão que os registros deixam de ser feitos, ou melhor, repassados para o livro. Observamos que os registros não eram imediatamente documentados no livro. Uma prática comum veio a se revelar, os párocos escreviam em pedaços de papel as anotações necessárias sobre o sacramento realizado na Igreja e também fora dela. Vários rascunhos ainda se encontram no Livro de batismo dentre eles registros de casamentos.

Nem sempre houve preocupação em anotar a data de nascimento da criança. Geralmente os nascidos levavam dias ou até mesmo meses para serem batizados e, portanto, registrados no livro de Batismo. Esses dados nos levam a pensar na possibilidade de longas distâncias a serem percorridas pelos pais até a paróquia, ou ainda poderia indicar uma prática comum das mães resguardarem seus filhos por um período antes de se dirigirem à paróquia para a realização do batismo.

Outra questão verificada é a interrupção das notas de batismo, no ano de 1823. Para esse ano existem apenas cinco anotações da realização do sacramento batismal. A partir daí os registros recomeçam no segundo semestre do ano de 1830. Não há informações na Igreja Santa Rita de Cássia sobre a localização desses documentos. É pouco provável que os padres simplesmente tivessem interrompido os registros uma vez que eram obrigatórios. Sabemos que existem documentos inclusive registros paroquiais, custodiados por outros arquivos ou museus, como no caso do Museu do Rio Pomba, e supomos estarem espalhados naquelas que foram freguesias vizinhas de Santa Rita do Turvo.

Duas séries documentais estão sendo analisadas: de 1813 a 1822 e 1830 a 1839. O total de registros somam 1478, sendo que a maior parte dos dados foram retirados do Livro Índice de Batismo (1813-1929) organizado pelo padre Álvaro na década de 1940. Selecionamos

¹⁷ COSTA, Iraci Del Nero da. "Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamentos e óbitos". Disponível no site: www.members.tripod.com/Historia_Demografia.

alguns registros originais para leitura e transcrição, a saber, os anos de 1813, 1819, 1822, 1830, 1831 e 1832. A pesquisa se apoiará em análises comparativas com dados da província e também com dados de outras freguesias situadas na Zona da Mata, além de outras regiões mineiras.

Dentre as relações familiares possíveis de serem delineadas nos registros, a escolha dos padrinhos foi de singular importância na constituição dos laços familiares, entendidos aqui, como “relações pessoais e sociais entre sujeitos que vivem num determinado espaço e lugar”, e não somente como relações entre aqueles que possuem algum tipo de parentesco. Para Ana Paula Wagner:

Além de abranger relações fundadas na consangüinidade, a noção de arranjo familiar inclui relações de afinidade e de parentesco espiritual, expressando um reconhecimento social entre seus membros. Considerando que existe uma diferença entre o papel social e laços biológicos, restringir a abordagem apenas ao biológico seria deixar para trás um rico e complexo campo de relações como, por exemplo o de compadrio.¹⁸

A documentação paroquial estudada apresenta alguns limites no que tange a informações da cor dos padrinhos, por exemplo. Os relatos paroquiais sem maiores detalhes como os que foram feitos em Santa Rita do Turvo acabaram por omitir informações importantes sobre o estado civil e sobre a condição dos padrinhos. Mesmo diante dessas dificuldades, o cruzamento de informações como o dos registros de batismo com as listas nominativas e inventários trouxeram relatos preciosos sobre o apadrinhamento neste povoado.

Um exemplo é a família de família de Ignácia Maria de Assumpção. Ao que parece sua família teve participação relevante na vida desse povoado. A partir do cruzamento das informações dos diferentes documentos, verificamos que alguns membros de sua família foram padrinhos e madrinhas por repetidas vezes em anos diferentes ao longo do período tratado. A irmã de Ignácia, Anna Perpétua foi madrinha juntamente com seu marido João Baptista em 1819.¹⁹ No mesmo ano os sobrinhos de Ignácia, Rita e João, foram padrinhos de outra criança. O padre Joaquim Silvério Pereira outro irmão de Ignácia foi padrinho junto com Maria Angélica

¹⁸ WAGNER, Ana Paula. “Encontros e escolhas em desterro: libertos da Ilha de Santa Catarina (1800-1819)”. *Anais da V Jornada setecentista*. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.

¹⁹ Registro de batismo de 1819, Livro de Registro de Batismo I, folha 43 (verso).

ainda no ano de 1819. Todas as crianças apadrinhadas nesses casos eram brancas e legítimas.

Ignácia foi proprietária de treze escravos, inclusive de um casal de escravos, Maria e Manoel, que em 1831 tiveram um filho batizado por Anna Perpétua e Manoel Roiz Branco, filho de Anna. Ignácia também foi madrinha de mais dois filhos de seus escravos, sendo que o mesmo Manoel teve um filho com outra escrava de Ignácia.

Os exemplos de apadrinhamento de filhos de escravos por pessoas livres foram freqüentes no que observamos nos batismos. A família de Ignácia, por sua vez, além de prestígio entre a população branca, também se prestou ao apadrinhamento de seus próprios escravos. Reforço aqui que o contínuo cruzamento dos dados poderão revelar outras famílias como a de Ignácia, e nos permitir fazer várias leituras sobre a relação de escravos e seus senhores em Santa Rita do Turvo.

Para Wagner, relações de compadrio entre libertos e livres, libertos ou escravos não eram relações excludentes, elas coexistiam no mesmo espaço. Assim, não podemos falar em homogeneidade nas relações de compadrio. Pois, “convidar este ou aquele para batizar um filho era mais um dos muitos instrumentos que livres, forros e cativos utilizavam para auxiliar na construção e manutenção de arranjos familiares”.²⁰

Ao consideramos as relações de solidariedade como o apadrinhamento de crianças, e ao verificamos a presença maciça de fogos de parentes muito próximos uns dos outros através da Lista Nominativa de 1831, entendemos a importância dos laços de família entre os moradores desta paróquia. Certamente, os vínculos familiares estiveram presentes não apenas pelo fato de pessoas com grau de parentesco morarem juntas ou muito próximas, mas os laços de amizade expressaram-se também através das relações de compadrio entre pessoas sem consangüinidade. Num espaço de tempo de dezoito anos (1813-1831) várias pessoas foram padrinhos e madrinhas por diversas vezes. É importante ressaltar que o cruzamento foi realizado, por enquanto, apenas entre os anos de 1813, 1819 e 1831 e alguns padrinhos em 1813 continuaram aparecendo como padrinhos em 1831.

O cruzamento dos inventários com a lista Nominativa de 1831 tem apontado para uma maioria de famílias chefiadas por lavradores, atividade predominante entre os chefes de fogo de Santa Rita do Turvo. É provável que a afirmação de Hebe Mattos²¹, segundo a qual a presença de lavradores são indicadores da família nuclear como pré-condição para atividade agrícola

²⁰ WAGNER, Ana Paula. “Encontros e escolhas em desterro: libertos da Ilha de Santa Catarina (1800-1819)”. *Anais da V Jornada setecentista*. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.

²¹ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.60.

independente, confirme-se na paróquia estudada. A análise dos inventários e da Lista têm revelado pouco capital acumulado pela família dos inventariados e um número razoável de filhos nas relações matrimoniais desses lavradores.

No inventário de José Gonçalves Moreira²², por exemplo, os bens declarados por sua viúva, Joana Maria de Jesus, foram os seguintes: um tacho de cobre, uma chocolateira, um caldeirão de ferro, duas enxadas, duas foices, três caixas, um banco tosco, duas novilhas, um cavalo e vinte porcos. O casal possuía quatro escravos, Domingos de 38 anos, Maria de 22 anos e duas crianças de 7 anos e outra de 1 ano de idade. Imaginamos que fossem filhos do casal Domingos e Maria.

Esse exemplo por nos permitir avaliar os bens e também o dia-a-dia desse casal. Não há menção no inventário da atividade exercida por José antes do seu falecimento. Mas, não é difícil considerar que José e Joana vivessem do trabalho na lavoura, além dos instrumentos de trabalho arrolados, o casal possuía “uma roça de milho” e um “paiol coberto de telhas”. Também se pode imaginar a simplicidade do interior de sua morada ao inventariar objetos como caixas e um banco. Talvez os objetos mais “valiosos” fossem mesmo os instrumentos de trabalho como foices e enxadas, do que objetos que compunham a casa.

O casal era dono também de “uma morada de casas da vivenda situadas nas terras da fazenda de seu sogro falecido Bento Gonçalves Moreira”. O inventário descreve que parte da propriedade do casal era fruto da herança do pai de José, “a parte que pertenceu ao casal era fazenda e terras por falecimento do dito Bento Gonçalves Moreira por herança de seu marido filho do mesmo, mais bem feitorias sita em Córrego de São Geraldo”.

Quando da morte de José, sua mulher Joana estava grávida do primeiro filho do casal que receberia o mesmo nome do pai. A preocupação da família com a propriedade herdada por José foi confirmada quando verificamos que no auto da partilha o recém-nascido também herdou as mesmas terras que foram do casal por herança de seu avô Bento. O filho de José também herdou as casas de morada e dois dos escravos, Maria de 22 anos e Sebastião de 7 anos.

No inventário do falecido Augusto Teixeira de Souza²³ praticamente os mesmos bens do inventário de José foram descritos: “foices inferiores”, “enxadas velhas” e um “machado de

²² Inventário de José Gonçalves Moreira, 1837. Documento avulso custodiado pelo Fórum da Comarca de Viçosa.

²³ Inventário de Augusto Teixeira de Souza, 1838. Documento avulso custodiado pelo Fórum da Comarca de Viçosa.

cozinha”, únicos instrumentos relatados. O monte-mor dessa família, porém, é bem inferior ao de José.

Augusto e Francisca, sua mulher, possuíam apenas uma escrava ainda jovem e que foi avaliada com cautela, pois segundo consta “foi avaliada em cento e vinte mil réis por ser muito preguiçosa”. Além da jovem escrava Rita de 20 anos, Francisco Congo teve seu valor cento e vinte vezes reduzido ao de Rita, por ser “defeituoso”. A família pequena com apenas quatro pessoas (sendo que os filhos do casal tinham apenas 2 e 3 anos), seguramente teve dificuldades em manter a produção nos dezesseis alqueires de terras situados nas “cabeceiras do Turvo”. A viúva declarou ainda que se viu obrigada a vender o escravo André, pois, havia se “rebelado contra ela”.

Os exemplos dessas famílias apontam para algumas proposições. A primeira de que representam a grande maioria de lavradores entre os chefes de família de Santa Rita do Turvo como verificamos através da lista nominativa de 1831. Também nos diz sobre os bens e da vida que levavam esses trabalhadores agrícolas. Nos dois casos a fatalidade da morte de maridos que deixaram suas mulheres com filhos pequenos parece não ter, pelo menos à princípio, desintegrado os bens da família. Inicialmente porque os filhos só desfrutariam da herança quando adultos ou quando se casassem, como foi o caso de José, que se casou aos 16 anos. A ele foi mantida a “tradição” de se passar para os filhos o pedaço de terra em que se produzia os alimentos para a sobrevivência da família.

Os inventários desses lavradores têm indicado bens pouco valiosos na sua composição e que a divisão de escravos e de terras foram priorizados na partilha. Trabalho com a idéia de a distribuição dos bens aos herdeiros se viu limitada pelo pequeno monte-mor acumulado e que escravos e terras funcionariam como garantidores do sustento familiar para as futuras gerações. A média da posse de cativos entre os lavradores tem se revelado muito pequena girando em torno da posse de dois a cinco cativos em média.

A análise está inserida no contexto de expansão territorial nas Minas do XIX e pretende contribuir com os estudos de história demográfica e colaborar para o mapeamento de uma região ainda pouco estudada. Espera-se que o trabalho seja de grande valia para a ampliação dos estudos relativos à história regional.

Enfim, o objetivo é apresentar novos dados e informações (através de fontes inéditas) de uma região da Zona da Mata Mineira, e assim colaborar para ampliação dos dados sobre a população da província mineira, para que seja dado mais um passo rumo ao conhecimento sobre as Minas Gerais no oitocentos.

A opção por privilegiar as fontes apresentadas e o cruzamento de seus dados com intuito de perceber as formas de viver daquela população é propósito central desta pesquisa.

Finalmente, é importante lembrar que este trabalho não pretende em momento algum, conduzir à conclusões definitivas. Pretende-se dar continuidade, incorporando novos cruzamentos de dados e outras fontes.

Bibliografia

ALENCAR, Alexandre. *Fatos e vultos*. Viçosa: Imprensa Universitária, 1978.

ALGRANTI, Leila Mezan. "Famílias e Vida doméstica". *História da Vida privada: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 84-85.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. "Campanha da princesa: formação e expansão de uma vila do Império". Mimeografado.

ANDRADE, Rômulo. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, UFJF, v. 1, n. 2, jul.-dez. 1997.

ANDRIETTA, Selma Árabe. "Santa Rita do Turvo, 1819: estratégias de geração de renda". Trabalho orientado pelo professor Renato Pinto Venâncio. Disponível no site: [:www.members.tripod.com/Historia_Demografia](http://www.members.tripod.com/Historia_Demografia).

BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e nação no Brasil do século XIX. São Paulo: *Tese de doutorado*. USP, 1998.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ilícitas em São João Del Rei (1730-1850). *IX Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 37-64.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal – família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). *Tese de doutorado*. UFF: Niterói, 2002.

CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX*. Departamento de História: Mariana, 1999. Série Estudos I.

CORREIA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira. Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil". In: ARANTES, Augusto et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 1a ed. (1982). p. 15-42.

COSTA, Iraci Del Nero da. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamentos e óbitos. Disponível no site: www.members.tripod.com/Historia_Demografia.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas gerais com estudo histórico da divisão territorial e administrativa*. 2a ed. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997. (1a ed. 1970).

CUNHA, Alexandre Mendes. “Esses espaços das Minas Gerais: Considerações acerca de um conceito dinâmico da região e seu uso à interpretação dos processos espaciais em curso entre os séculos XVIII e XIX.” *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira*, 2004.

FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e demografia histórica”. CARDOSO, Ciro.Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.P.243-252.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

GIOVANINI, Rafael Rangel & MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. “Geohistória Econômica da Zona da Mata Mineira”. *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira*, 2004.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A princesa do oeste: Elite mercantil e economia de subsistência em São João Del Rei (1831-1888). *Tese de doutorado*. UFF, Rio de Janeiro: 1988.

LIBBY, Douglas Coly. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista*. Minas gerais no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d 'El Rey em 1795”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000. p.17-46.

LIMA, Raquel dos Santos Sousa. “A construção da ermida e da capela em devoção à Santa Rita de Cássia em Viçosa, Zona da Mata Mineira, no século XIX”. *V Simpósio Nacional de História das Religiões*, 2003.

LOTT, Miriam Moura. “Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica séculos XVIII e XIX”.*Anais da V jornada setecentista*. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003;

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro & SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. “População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX”. *X Seminário sobre Economia Mineira*, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOTTA, José Flávio & VALENTIN, Agnaldo. “A Família Escrava e a Partilha de Bens: um estudo de caso”. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, Minas Gerais, 4 a 8 de novembro de 2002.

PAIVA, Clotilde Andrade e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmica diferenciadas”. *VII Seminário de Economia Mineira*.Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFGM, 1995.p.87-108.

PAIVA, Clotilde Andrade. População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX. São Paulo: *Tese de Doutorado*. FFLCH/USP, 1996.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa – mudanças sócio-culturais; evolução histórica e tendências*. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1990.

Revista do Arquivo Público Mineiro, 1933.

Revista do Arquivo Público Mineiro, 1988. Volumes I e II.

SAMARA, Eni de Mesquita. “A História da família no Brasil.” *Revista Brasileira de História*. Família e grupos de convívio. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v.9, no 17, set 1988/fev 1989. p.7-35.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Introdução: Oswaldo Bueno Amorim Filho, atualização ortográfica. Centro de Estudos históricos e culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.

SILVA, Leonardo Viana. “Redescobrimo as cidades mineiras oitocentistas”. *VII Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995. p.109-134

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil*. São Paulo: Verbo, 1994.

VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. p.216-218.

WAGNER, Ana Paula. “Encontros e escolhas em desterro: libertos da Ilha de Santa Catarina (1800-1819)”. *Anais da V Jornada setecentista*. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.